BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Julho-Agosto-Setembro/2026 – ISSN 2175-9103 Nº109

Boletim Número 109
Data: Julho-Agosto-Setembro/2026

EDITORIAL

O Boletim PROEALC número 109, referente ao trimestre de julho, agosto e setembro de 2026, reúne questões de altíssima relevância político-conjuntural. O período analisado encerra-se na iminência do pleito brasileiro que, embora se dê nos limites da democracia burguesa, será determinante para o grau de sofrimento que os trabalhadores terão de suportar nos próximos anos. Como nos boletins anteriores, o imperialismo segue ocupando o eixo central do debate. Forças políticas estadunidenses mobilizam seus instrumentos e intervêm abertamente nos processos eleitorais latino-americanos. Não é por acaso. Os indicativos mais consistentes apontam que, desde os anos 1970 e, de forma mais circunscrita, a partir de 2008, a economia mundial atravessa um processo de declínio econômico que ativa os limites da reprodução de capital. Nessa conjuntura, é reduzida a capacidade do capitalismo de reproduzir suas próprias condições de acumulação. Vivemos a crise do imperialismo e, com ela, a do império estadunidense. A conjuntura política latino-americana está sendo moldada por esse cenário, com impacto direto nas próximas eleições.

Há mais em jogo do que parece. Uma crise suscita elementos para conter a própria crise, e a América Latina é, para os Estados Unidos, um desses elementos de contenção. Para mitigar sua decadência, adotaram medidas político-econômicas voltadas a ampliar o controle do território latino-americano, fortalecendo grupos políticos mais coniventes com a subserviência. Keiko Fujimori, no Peru, e Abelardo de la Espriella, na Colômbia, venceram as eleições e agora se juntam a outros presidentes do continente capachos de Donald Trump – que teve papel importante nessas vitórias ao fornecer-lhes toda uma estrutura de metadados e dispositivos de hegemonia assentados na questão do narcotráfico. Na Venezuela, o presidente Nicolás Maduro e Cilia Flores seguem sequestrados, enquanto ouro e petróleo do país escoam para os portos estadunidenses. A população cubana, vítima de um histórico bloqueio econômico e das mais variadas formas de devastação da vida humana, permanece sob ameaça contínua. No Brasil, Flávio Bolsonaro – cujos apoiadores estendem orgulhosamente a bandeira dos Estados Unidos em suas mobilizações –, já ofereceu aos EUA sua equipe de transição, isenções tarifárias e as terras raras do país. É notável o avanço da extrema-direita na América Latina e a participação do império decadente nisso.

O dia 4 de outubro será palco do primeiro turno das eleições no Brasil. Flávio Bolsonaro, herdeiro de um

clã que tornou o Estado um balcão dos interesses espúrios de sua família miliciana, apresenta-se como continuidade de um projeto que encontrou na aproximação com os Estados Unidos uma de suas principais formas de manutenção. Sua proposta para o país articula uma política externa abertamente subordinada aos interesses de Washington e uma concepção de segurança nacional cada vez mais atravessada pela militarização. O que se apresenta é a possibilidade de que uma parcela da burguesia brasileira, historicamente acomodada às formas subordinadas de inserção do país no capitalismo mundial, recorra à extrema-direita como instrumento de preservação de seus interesses diante do agravamento da crise. Flávio Bolsonaro representa, nesse sentido, a tentativa de fazer do alinhamento externo e da subordinação uma promessa de prosperidade. A eleição coloca diante dos trabalhadores uma disputa que envolve os rumos da democracia brasileira, bem como as condições políticas em que se travarão as lutas sociais dos próximos anos. O resultado desse processo poderá abrir ou fechar espaços para a ofensiva das forças que hoje disputam o Estado brasileiro. Todas essas questões apresentadas nos convocam a pensar o continente latino-americano a partir de uma totalidade, e os textos aqui apresentados caminham nesse sentido.

Esperamos que esse boletim possa trazer boas reflexões, inspirações e questões para futuros debates!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Me. José Henrique Galdino Peres
Doutorando PPGSS/UERJ e Integrante do PROEALC

Rafael Alves Ribeiro
Larissa Castro da Costa
Bolsistas pesquisadores do PROEALC

Em Foco I

Cuba: Um povo que não se rende

Por Isis Mustafa
20/07/2026

No último dia 14, Cuba voltou a enfrentar um apagão nacional. Foi o quinto colapso do sistema elétrico registrado no país em 2026. Rapidamente, as imagens de Cuba mergulhada na escuridão correram o mundo. Atendendo aos interesses do imperialismo estadunidense, os grandes meios de comunicação voltaram a apresentar o apagão como mais uma prova do que eles chamam de “fracasso do

socialismo”. Como de costume, não faltaram analistas burgueses vociferando aos quatro ventos que a Revolução Cubana chegou ao seu limite.

No caso de Cuba, quem cria a doença oferece, em seguida, a falsa cura. Há mais de seis décadas, os Estados Unidos submetem a ilha a um bloqueio econômico brutal e, ao mesmo tempo, apresentam a restauração do capitalismo como a única saída. Uma grande mentira, já que em Nova York, cartão-postal dos Estados Unidos e sede do capital financeiro mundial, mais de 100 mil pessoas vivem em situação de rua.

De fato, o sistema elétrico cubano depende da importação de combustíveis fósseis para manter em funcionamento suas usinas termelétricas. Sem petróleo suficiente, ocorrem apagões nacionais como o registrado nesta semana. Essa escassez decorre do endurecimento das sanções promovidas por Washington contra qualquer país, empresa ou instituição financeira que mantenha relações comerciais com Cuba. Até mesmo o setor do turismo sofre os efeitos dessas medidas. O objetivo permanece o mesmo: impedir que Cuba tenha acesso aos recursos indispensáveis para manter sua economia, buscando asfixiar seu povo.

Esse cerco não começou agora. O bloqueio criminoso imposto pelos EUA em 1962 representa a mais longa política de sanções unilaterais da história contemporânea.

Em 6 de abril de 1960, antes mesmo da oficialização do embargo, Lester D. Mallory, então subsecretário assistente para Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, redigiu um memorando reconhecendo que a maioria da população apoiava o governo revolucionário e que não existia oposição política suficientemente forte para derrubá-lo. Diante disso, propunha utilizar todos os meios possíveis para enfraquecer a economia cubana, reduzir salários, provocar fome, privações e desespero, criando as condições para a queda da Revolução.

Em outras palavras, a escassez é o projeto político do imperialismo com o bloqueio.

Mas a história demonstra que essa estratégia fracassou. Mesmo durante o chamado Período Especial, momento mais difícil desde o triunfo da Revolução, no início da década de 1990, Cuba manteve-se de cabeça erguida: preservou seu sistema público de saúde, sua educação gratuita, seus centros de pesquisa e sua soberania nacional.

Há mais de três décadas, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova, por ampla maioria, resoluções exigindo o fim do bloqueio. Em 2024, apenas Estados Unidos e Israel votaram contra a resolução, acompanhados por um número ínfimo de aliados. Mas o bloqueio permanece, escancarando que quem toma as decisões são os senhores da guerra.

Solidariedade é a maior lição de Cuba

Esse ano celebramos o centenário de nascimento de Fidel Castro, em meio às novas ofensivas do

imperialismo norte-americano. Em seus ensinamentos, Fidel defendia a solidariedade, o profundo senso de humanidade e, sobretudo, a defesa intransigente dos princípios revolucionários. Mesmo preso, no assalto ao Quartel Moncada, Fidel estava submetido a todo tipo de violações, mas seguiu defendendo que era justo o levante em armas do seu povo contra um governo tirano, como relatou em "A História me absolverá". Mais de seis décadas depois, essa continua sendo a principal característica da Revolução Cubana: não se render. Resistiu às invasões, aos atentados terroristas, às centenas de tentativas de assassinato de seus dirigentes, às crises econômicas e ao bloqueio mais prolongado da história moderna.

Ao mesmo tempo, Cuba jamais deixou de praticar o internacionalismo e a solidariedade: enviou médicos, alfabetizadores e brigadas de emergência após terremotos, furacões e epidemias. Durante a pandemia de Covid-19, enquanto os países capitalistas corriam para lucrar com as vacinas, Cuba desenvolveu seus próprios imunizantes e enviou profissionais de saúde para dezenas de nações.

Por que o Brasil não envia petróleo a Cuba?

Há quem afirme que o governo brasileiro simplesmente não pode enviar petróleo a Cuba. O argumento é conhecido: como a Petrobras possui ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, estaria submetida à legislação estadunidense e impossibilitada de realizar esse tipo de operação. Em outras palavras, estaríamos de mãos atadas.

Ora, o Brasil mantém relações comerciais com Cuba, exportando principalmente produtos agrícolas e alimentícios, além de alguns bens industriais. Mais do que isso, acaba de enviar 48 toneladas de leite em pó como ajuda humanitária ao povo cubano, transportadas em aeronaves da Força Aérea Brasileira. Os alimentos foram disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Ou seja, quando existe vontade política, o Estado brasileiro encontra mecanismos para exercer solidariedade internacional.

Trata-se, antes de tudo, de uma decisão política. Mais do que isso: trata-se de defender verdadeiramente a soberania nacional, sem subordinar completamente a política externa brasileira a Washington.

De fato, como a relação entre um país imperialista e um país dependente não se define pela "química" entre seus líderes, o fascista Donald Trump não pensou duas vezes antes de promover um novo tarifaço contra o Brasil. Afinal, de que valeu toda essa submissão?

Render-se ou lutar?

Nossa história tem muitos exemplos de coragem e heroísmo, povos que não se ajoelharam e venceram exércitos inteiros, porque o que determina a vitória não é a potência das armas e o número de soldados, mas a confiança do povo na justeza de sua luta. Foi assim no Vietnã. É assim, ainda hoje, na resistência do povo palestino.

Por isso, a maior derrota do imperialismo norte-americano é a determinação do povo cubano. Depois de mais de seis décadas de bloqueio, a Revolução Cubana continua inspirando milhões de pessoas que acreditam na soberania dos povos, na solidariedade internacional e no direito das nações de escolherem seu próprio destino. O povo cubano conhece o preço da liberdade e, ainda assim, não renuncia à sua independência.

Há também os exemplos de capitulação. O agravamento da crise energética cubana demonstra como as concessões ao imperialismo fortalecem a capacidade de chantagem econômica exercida pelos Estados Unidos sobre todo o continente. Não podemos esquecer jamais que a situação do povo cubano se agravou após a traição do atual governo venezuelano que, envergonhando a pátria de Chávez e Bolívar, se rendeu a Trump e entregou o controle do petróleo aos monopólios estadunidenses.

É por isso que a solidariedade com Cuba continua sendo a principal tarefa dos povos latino-americanos. No ano em que os povos do mundo celebram o centenário de Fidel Castro, Cuba continua sendo o farol da esperança para aqueles que acreditam na liberdade.

Link: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/cuba-um-povo-que-nao-se-rende/

Em Foco II

Escudo das Américas: como Trump está usando a guerra às drogas para dominar América Latina

Por *Sabrina Fernandes*
20/08/2026

Em março de 2026, sob liderança dos Estados Unidos, foi lançada oficialmente a aliança “Escudo das Américas” (Shield of the Americas, em inglês). A iniciativa reúne governos do continente americano alinhados com a política externa e de segurança de Donald Trump.

Apesar de ser, formalmente, um grupo de países-membros, é evidente que a postura e a missão ideológicas do Escudo das Américas provêm dos governos de extrema direita que têm aumentado em nossa região.

Brasil, México e Colômbia foram excluídos da conferência fundadora da coalizão. As presenças de Lula, Claudia Sheinbaum, presidente do México, e o até então presidente colombiano, Gustavo Petro, em nada combinariam com o propósito de Trump de fortalecer um grupo de fiéis escudeiros.

Por isso, os Estados Unidos têm apostado em mudanças eleitorais em 2026 para que seu grupo

cresça. O novo presidente da Colômbia, Abelardo da Espriella, fez da adesão ao Escudo das Américas prioridade imediata assim que tomou posse. No mesmo passo, o candidato à presidência Flávio Bolsonaro já sinalizou que, caso vença as eleições em outubro, o Brasil também se tornará membro.

As alianças globais de Trump

Como já sabemos, Donald Trump gosta de lançar iniciativas, grupos, eventos e convenções, conferindo nomes próprios a cada um deles. Trump criou o "Conselho da Paz" (Board of Peace em inglês) por despeito à Organização das Nações Unidas, a ONU, cuja definição de paz difere das intervenções militantes dos Estados Unidos em regiões como a Palestina e o Irã.

De fato, o objetivo central do conselho seria a reconstrução de Gaza, já que o negacionismo do governo estadunidense declarou que não há mais guerra "em ou à Gaza". Mas a estrutura que Trump montou e os convites específicos que fez para assentos ao Conselho da Paz indicam um propósito a longo prazo de reorganização de alianças.

Trump pretende ser presidente vitalício do conselho e exigiu o montante de $1 bilhão em pagamentos à instituição no primeiro ano, caso um país queira permanecer membro por três anos ou mais.

Entre os países e governantes que aceitaram ser membros iniciais do Conselho estão: Javier Milei (Argentina), Alyaksandr Lukashenka (Belarrúsia), Abdel Fattah el-Sisi (Egito), Nayib Bukele (El Salvador), Benjamin Netanyahu (Israel), Tamim bin Hamad Al Thani (Catar), Tô Lâm (Vietnã) e Santiago Peña (Paraguai).

Neste ano, o governo Trump também anunciou o consórcio "Pax Silica", em que alguns países trabalharão junto aos Estados Unidos para assegurar controle de recursos e tecnologias necessárias para abastecer a cadeia global de suprimentos para a Inteligência Artificial e infraestrutura digital.

Além dos aliados de "carteirinha" de Trump, também participam da iniciativa o Reino Unido, a União Europeia, Singapura, a República da Coreia, Japão e Austrália.

Ambas as iniciativas citadas possuem forte cunho ideológico. Se de um lado há o fortalecimento de projetos autoritários e de extrema direita, por outro há o interesse capitalista em assegurar recursos estratégicos para o crescimento econômico de cada estado e os principais setores de suas elites.

Contudo, é o Escudo das Américas que aparece ainda mais claramente como uma aliança de extrema direita. Ao focar unicamente no continente americano – a que o governo Trump gosta de se referir como "hemisfério ocidental" – vemos como a participação ou não em cada iniciativa está muito claramente vinculada ao governante da vez.

Mark Carney, atual primeiro-ministro do Canadá, pertence ao Partido Liberal, cujas políticas econômicas, especialmente no que tange a interesses imperialistas na América Latina, têm semelhanças

com objetivos estadunidenses. Todavia, as provocações de Trump ao Canadá, que vão desde tarifas a piadas de que o país ao norte seria o "51º estado dos Estados Unidos" afastaram os dois países.

A rejeição dos canadenses foi tanta que a própria vitória de Carney nas eleições de 2025 se deve, em parte, ao apelo à soberania canadense diante de Trump. Portanto, mesmo que Carney esteja tentando uma reaproximação tática entre EUA e Canadá, para setores econômicos específicos, não surpreende que o governo Carney tenha se ausentado do processo do Escudo das Américas.

O que é o Escudo das Américas?

Considerando o tema e o mandato da organização, é impensável que a presidenta mexicana Claudia Sheinbaum ou que o presidente Lula participassem da cúpula. Tratada como uma espécie de "Coalizão Anticartéis das Américas", o Escudo funciona como um espaço privilegiado de liderança e influência dos EUA sobre a política de drogas, de segurança e militar em toda a região.

Estavam presentes em sua fundação o secretário de Estado, Marco Rubio, e o secretário de Defesa, Pete Hegseth, também conhecido como "secretário de guerra", devido à ordem executiva de Trump que oficializou o início de uma postura ainda mais belicosa dos EUA.

Em seu discurso, Trump criticou Sheinbaum diretamente por não fazer tudo que ele considerava necessário para combater os cartéis na região. Ele nomeou Kristi Noem como enviada especial ao Escudo, após sua saída do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, onde teve atuação autoritária e controversa.

Foi sob a gestão de Noem que os agentes armados do Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira, o ICE, passaram a agir ainda mais violentamente e livremente, atingindo crianças imigrantes e até assassinando cidadãos estadunidenses.

Durante a cúpula, Rubio e Noem asseguraram que ela estaria, a partir de então, trabalhando cotidianamente com cada presidente e liderança ali presentes, em nível pessoal, para cumprir os objetivos conjuntos da coalizão.

Noem destacou que o objetivo do Escudo das Américas era "defender nossa própria soberania, nossa própria segurança e prosperidade econômica, mas também continuarmos a fortalecer essas relações para garantir que possamos fazer isso de maneira eficaz, derrotando os inimigos que temos em nosso meio — as organizações de cartel —, as quais nosso país classificou como Organizações Terroristas Estrangeiras".

Esse enquadramento de "soberania" como securitização e militarização a favor de objetivos econômicos capitalistas favoráveis aos Estados Unidos foi abraçado pelos demais governos presentes.

Noem chegou a ressaltar a importância da parceria dos EUA com Bukele em El Salvador, elogiando sua visão de "paz", assim como o trabalho contínuo ao lado de Milei na Argentina e Daniel Noboa no

Equador.

O Chile, que estava em transição do governo progressista de Gabriel Boric para o governo conservador de José Antonio Kast, também foi usado como exemplo, pelo aprofundamento das operações de cibersegurança entre os dois países.

'Inteligência de Guerra Fria'

O Escudo das Américas se soma à estratégia fundamental de Trump no "America First" (EUA primeiro! Em livre tradução) que busca reorganizar recursos e inteligência estadunidenses de maneira tão canalizada quanto na Guerra Fria. Isso impacta diretamente a política trumpista na América Latina.

Não basta remover obstáculos e ajudar a eleger governantes de sua confiança em países como Chile ou Honduras – como vimos aqui na coluna em janeiro – é preciso usá-los estrategicamente.

A proclamação presidencial de Trump, "Compromisso com o combate à atividade criminosa dos cartéis", deixa claro que os Estados Unidos pretendem treinar e mobilizar as forças militantes dos países membros "para constituir a força de combate mais eficaz necessária para desmantelar os cartéis e sua capacidade de exportar violência".

O novo governo colombiano parece estar entre os mais entusiasmados para tirar vantagem dessa parceria. Seria uma oportunidade de tornar pública e oficial uma parceria que já existiu ao longo dos anos entre as forças de inteligência dos EUA e da Colômbia, como no treinamento de polícia e de grupos paramilitares colombianos em 1962 pela CIA.

Buscando a continuidade de uma política externa de agressão que se justifica como "guerra às drogas" – especialmente desde a Diretriz de Decisão de Segurança Nacional 221, de abril de 1986 –, parece que Trump, Rubio e Noem encontrarão em Abelardo da Espriella um de seus maiores aliados.

O governo Trump anunciou o novo presidente como parte de uma "nova era em relações EUA-Colômbia", marcada por um pacote de assistência em segurança de 1 bilhão de dólares ao país sul-americano. Seus objetivos comuns são vários, incluindo:

- O fortalecimento das forças de segurança da Colômbia contra Organizações Terroristas Estrangeiras (FTOs) e Organizações Criminosas Transnacionais (TCOs), inclusive por meio de tecnologia de ponta estadunidense.
- Contenção dos fluxos de imigração ilegal.
- Contribuição para fundos internacionais de assistência e futuros pacotes de ajuda humanitária na recuperação de eventuais desastres naturais associados ao fenômeno El Niño.
- Avanço na cooperação bilateral em energia nuclear.

O ponto sobre os desastres naturais merece destaque porque revela como governos de direita, adeptos ao negacionismo das mudanças climáticas, têm abraçado o debate do El Niño de maneira

oportunista. Despindo o El Niño de seu contexto climático amplo, Trump e Espriella encontrarão caminhos para agir sobre desastres uma vez que ocorram, sem precisar ceder ao consenso científico sobre o aquecimento global e a necessidade de uma transição ecológica radical.

Esse alinhamento geral é um grande presente para Espriella, que já assumiu o posto nomeando a cidade colombiana de Medellín como "quartel-general" do Escudo das Américas.

Além disso, Espriella pretende revitalizar o antigo Plan Patriota do ex-presidente de direita Alvaro Uribe, através do Plan Patriota 2.0, celebrado por figuras militares como um bom momento para a direita latino-americana e seus "aliados de bem".

O Brasil no pêndulo à direita

Se um dia falamos de "maré rosa" na América Latina, hoje lamentamos o isolamento crescente dos governos progressistas que restam. Além de ser um alerta às esquerdas que buscam restabelecer hegemonia, porém com dificuldades de abordar seriamente suas próprias crises, temos um alerta à frágil democracia liberal na região.

A intervenção estadunidense nos governos ora chega através de invasão e sequestro, ora chega através de pressão eleitoral. Flávio Bolsonaro segue contando com isso para o pleito de outubro, na expectativa de que, por amor ou medo a Trump, o povo brasileiro escolha como presidente um fiel escudeiro do imperialismo.

Rubio e Trump seguem atentos e ativos. Nosso problema não está apenas no tarifaço ou nas ameaças ao Pix. A decisão dos EUA de classificar o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital como organizações terroristas em junho deste ano não é uma ação isolada. Ela já fortalece decisões estadunidenses que permitem a venda de centenas de milhões de dólares de armamento ao Brasil, em nome do combate ao crime organizado.

E o pior: ela cimenta o caminho para intervenções no Brasil através do Escudo das Américas. Caso Flávio ganhe, há pretexto para políticas coordenadas. Caso Lula ganhe, há justificativa para agressões com apoio de diversos outros governos da região.

Não por acaso, em declaração ao comitê de relações exteriores do Congresso dos EUA, Rubio fez questão de destacar que o Escudo das Américas já é um sucesso e pode ser ainda mais, pois esperam que o número de países membros aumente em 2026 devido às eleições em vários países. Isso inclui o Brasil.

O cenário de vitória bolsonarista no Brasil impactaria nossa economia, nossa natureza e nossas vidas. Trump está interessado em descredibilizar o processo eleitoral brasileiro e promover Flávio Bolsonaro por várias razões.

De certa forma, é muito menos sobre qualquer mérito de Flávio ou de Eduardo Bolsonaro como porta-vozes do bolsonarismo nos EUA. À medida que o Escudo das Américas abre mais portas para

controle econômico e militar, Trump sabe que qualquer um que torne o Brasil um escudeiro é o que falta para tomar a região inteira de assalto de uma vez.

Link: https://www.intercept.com.br/2026/08/20/trump-guerra-drogas-america-latina/

Em Foco III

Vitória contra a apropriação internacional de terras na Argentina reacende luta histórica na América Latina

Por Grain
20/08/2026

> "Quando a empresa bananeira chegou, no entanto, os funcionários locais foram substituídos por forasteiros autoritários […]. Os antigos policiais foram substituídos por assassinos armados de facões […], prefeitos sem iniciativa, juízes de fachada […] advogados vestidos de preto que, em outra época, seguiam o coronel Aureliano Buendía por toda parte, e isso levou as pessoas a pensar que os agrônomos, hidrólogos, topógrafos e agrimensores […] tinham algo a ver com a guerra."
>
> "Dotados de recursos que, em outra época, estavam reservados à Divina Providência, eles alteraram o regime das chuvas, aceleraram o ciclo das colheitas e tiraram o rio de onde ele sempre esteve, levando-o, com suas pedras brancas e suas correntes geladas, para o outro extremo da cidade […] cercado por uma tela metálica, como um gigantesco galinheiro eletrificado."
>
> — "Olhem só na encrenca em que nos metemos", costumava dizer na época o coronel Aureliano Buendía, "só por ter convidado um gringo para comer banana".

Trechos de "Cem Anos de Solidão", de Gabriel García Márquez, que voltou ao debate público após a adaptação da Netflix e que retrata, a partir de um recanto da América Latina — Macondo —, experiências de todos os lugares, especialmente do Sul Global. O episódio corresponde a um dos capítulos mais conhecidos da obra, inspirado no Massacre das Bananeiras de 1928, na Colômbia, quando o Exército, por ordem do governo de Miguel Abadía Méndez — aliado aos interesses da empresa

estadunidense United Fruit Company —, reprimiu violentamente uma greve geral de trabalhadoras e trabalhadores rurais, provocando o assassinato de milhares de pessoas.

O paralelo histórico ganha uma nova dimensão diante do atual contexto geopolítico, marcado pelo ressurgimento da Doutrina Monroe — agora chamada de Donroe — e pelas tentativas renovadas de cerco à América Latina, bem como pela resistência de seus povos.

'A pátria não se vende'

Milhares de pessoas tomaram as ruas de Buenos Aires em 6 de agosto de 2026 sob o lema "A pátria não se vende", em protesto contra o projeto de "Lei da Inviolabilidade da Propriedade Privada", proposto pelo governo de extrema direita de Javier Milei. A proposta visava ampliar a concentração e a estrangeirização das terras — e, consequentemente, da água, das áreas úmidas, dos minerais e das florestas do país.

Apesar da repressão policial, a mobilização fez com que o Senado cedesse e retirasse do texto a flexibilização dos limites à venda de terras a estrangeiros, além da autorização para a venda imediata de áreas afetadas por incêndios.

A vitória, no entanto, é parcial. A versão aprovada do projeto mantém disposições que aceleram os despejos e as desapropriações de camponeses que cultivam em terras arrendadas — situação que afeta entre 60% e 70% da agricultura familiar na região central da Argentina. O texto também dificulta a desapropriação para fins de reforma agrária ao obrigar o Estado a indenizar não apenas pelo valor de mercado da terra, mas também pelos lucros que o proprietário deixaria de receber nos cinco anos seguintes.

No entanto, segundo Diego Montón, da coordenação nacional do MNCI Somos Tierra, o governo hesita em reapresentar o projeto à Câmara dos Deputados em um momento de efervescência social e diante das eleições do próximo ano. Pesquisas recentes indicam que 75% da sociedade argentina rejeita a proposta.

"A atual lei de manejo de incêndios prejudica os proprietários nacionais porque impede a venda de áreas úmidas atingidas por incêndios por 30 anos e de florestas por 60 anos. E também porque esse grupo não tem interesse em defender o componente 'nacional', já que, desde o final do século 19, quando grande parte das terras públicas já havia sido apropriada por eles, teve início sua associação com o capital internacional", afirma Montón.

Escala da estrangeirização

Estima-se que cerca de 13 milhões de hectares argentinos — área equivalente à Inglaterra — já pertençam a capitais estrangeiros, sendo o High Luck Group (China), o Grupo Benetton (Itália), o Grupo Walbrook (Reino Unido), além da argentina Cresud S.A., as empresas que possuem a maior quantidade.

De acordo com o Observatório de Terras, em 36 municípios é ultrapassado o limite legal de 15% de terras controladas por estrangeiros e, em quatro deles, a estrangeirização ultrapassa 50%, com importantes reservas de água doce ou minerais.

A recente aquisição da participação majoritária na Adecoagro — uma das maiores produtoras de grãos da América Latina, que controla mais de 360 mil ha na Argentina (Relatório Anual, 2024) — pela gigante das criptomoedas Tether demonstra uma tendência mais ampla: a pressão das finanças digitais sobre ativos físicos, como terras e commodities.

Escala das resistências

A reação ao projeto, segundo Montón, "começou pequena, mas contou com formas de organização multissetoriais e metodologias desenvolvidas ao longo de mobilizações anteriores. O resultado foi centenas de assembleias nas capitais provinciais, reunindo movimentos populares do campo, sindicatos, grupos ambientalistas, setores da Igreja e da cultura — até culminar no ato de 6 de agosto em Buenos Aires".

A Argentina hoje encarna Macondo de García Márquez, uma luta presente em todos os lugares da América Latina, como uma tecnologia social dos povos, de mobilização e luta pela proteção dos territórios e dos bens comuns por eles gestionados há séculos.

Em Honduras, as comunidades garífunas reativaram suas lutas seculares em defesa de suas terras comunitárias contra a "Lei Agroindustrial". A lei — aprovada em junho de 2026 — declara que as terras destinadas a atividades agroindustriais estão isentas da reforma agrária e autoriza o Ministério Público e a Polícia Nacional a tomar medidas rápidas para despejar as pessoas que ocupem essas terras. Em 6 de junho, mais de 200 policiais expulsaram a comunidade garífuna de San Juan, em Tela, e, seguindo um padrão de perseguição às organizações sociais na América Latina, cinco líderes garífunas foram detidos sob a acusação de pertencer a organização criminosa por reivindicarem o direito ao seu território coletivo — já reconhecido pelo Estado e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos —, aplicando-se a nova Lei Agroindustrial.

Como repetia a matriarca Úrsula, testemunha de várias gerações dos Buendía, o tempo em Macondo — lugar que representa todos os lugares — não é linear, mas circular, com o presente repetindo o passado, condenados, assim, aos "cem anos de solidão".

Mas, à medida que se repete a história das tentativas de apropriação da terra e dos bens comuns na América Latina, também se repete e avança a história da organização e das lutas dos povos!

Link: https://www.brasildefato.com.br/2026/08/20/vitoria-contra-a-apropriacao-internacional-de-terras-na-argentina-reacende-luta-historica-na-america-latina/

Em Foco IV

O Brasil não deve entregar seus minerais críticos

Por Vijay Prashad
29/08/2026

Em Minaçu, na região norte do estado brasileiro de Goiás, a paisagem carrega as marcas de uma antiga corrida aos minérios. Durante décadas, a cidade dependia da mina de amianto Cana Brava, cuja prosperidade era indissociável do surgimento de doenças letais e de um longo histórico de danos ambientais. Agora, Minaçu foi incorporada a outra promessa de futuro. Na mina Pela Ema, a empresa Serra Verde extrai elementos de terras raras necessários para motores elétricos, turbinas eólicas, eletrônicos avançados e sistemas de armamento. O mineral mudou, mas o perigo é que a antiga estrutura de dependência permaneça intacta.

O Brasil possui aproximadamente 23% das reservas conhecidas de terras raras do mundo, ficando atrás apenas da China. No entanto, é responsável por apenas 1% da produção e carece de uma cadeia industrial integrada capaz de separar elementos de terras raras, convertê-los em metais e ligas e fabricar ímãs permanentes. O país detém a riqueza geológica, enquanto outros buscam controlar a tecnologia, o financiamento, o processamento e os mercados.

Essa contradição está no cerne do debate brasileiro sobre minerais críticos. A questão não é se os minerais devem ou não ser extraídos, embora toda mina proposta deva passar por um rigoroso escrutínio ambiental e social. A questão política imediata é se o Brasil utilizará esses recursos para construir capacidade tecnológica e industrial soberana ou se se tornará, mais uma vez, um exportador de matérias-primas pouco processadas.

A pressão está aumentando rapidamente. A empresa USA Rare Earth, apoiada pelos Estados Unidos, firmou um acordo definitivo para adquirir a Serra Verde por aproximadamente 2,8 bilhões de dólares. O governo dos EUA disponibilizou 750 milhões de dólares para a transação e se comprometeu a comprar centenas de milhões de dólares da produção futura. A mina Pela Ema, da Serra Verde, é especialmente atraente porque suas argilas iônicas contêm disprósio e térbio, elementos de terras raras pesadas vitais para ímãs de alto desempenho e equipamentos militares. Washington não considera isso um investimento comercial normal; ao contrário, vê a Serra Verde como parte de uma estratégia dirigida pelo Estado para construir uma cadeia de suprimentos fora da China.

Enquanto isso, as empresas de mineração australianas acumularam extensos direitos minerais em Minas Gerais e na Bahia. A Viridis Mining and Minerals controla o projeto Colossus na região de Poços de Caldas, enquanto a Meteoric Resources detém o enorme projeto Caldeira na mesma região geológica. Na Bahia, a Brazilian Rare Earths – apesar do nome, uma empresa listada na bolsa australiana – está desenvolvendo o projeto Borborema. Já está bem documentado que empresas estrangeiras estão correndo para adquirir concessões antes que o país estabeleça regras mais rígidas sobre minerais estratégicos.

A geografia dessa corrida não é aleatória. Uma investigação do Observatório da Mineração identificou 187 processos de mineração de terras raras que se sobrepõem a 96 assentamentos da reforma agrária em cinco estados. Somente a Serra Verde possuía 37 processos ativos que afetavam oito assentamentos em Goiás. Em Nova Roma, o projeto Carina da Aclara Resources, listada na bolsa canadense, inicialmente se sobrepunha ao território da comunidade quilombola Família Magalhães. Nas proximidades fica o território Kalunga, lar de cerca de 5 mil pessoas e reconhecido como o maior território quilombola do Brasil. Autorizações de mineração também se sobrepuseram às terras Kalunga.

Na região de Pela Ema, famílias rurais relataram mudanças na cor e no volume dos riachos, declínio nas populações de peixes e problemas reprodutivos entre o gado. Inspeções realizadas por órgãos ambientais estaduais e federais confirmaram a poluição no Córrego Areia e concentrações de substâncias, incluindo manganês, acima dos padrões para consumo humano. O córrego deságua no sistema do Cana Brava, que abastece Minaçu e sustenta a pesca, a agricultura e o turismo.

Esses custos devem ser comparados ao que o Brasil retém. A Serra Verde produz carbonato misto de terras raras, no qual os elementos valiosos permanecem combinados. As etapas tecnologicamente complexas – separar óxidos individuais, produzir metais e ligas e fabricar ímãs – ocorrem no exterior. O Brasil recebe uma mina, escavadeiras, equipamentos de processamento, alguns empregos, impostos e as responsabilidades ambientais. As indústrias de maior valor agregado, as patentes, os empregos técnicos qualificados e o controle estratégico migram para os Estados Unidos e a Europa.

Não se trata apenas da falta de uma fábrica. A separação é o ponto-chave da indústria de terras raras. Como os dezessete elementos de terras raras possuem propriedades químicas semelhantes, separá-los requer sistemas hidrometalúrgicos complexos, etapas repetidas de extração por solvente, conhecimento especializado e gestão rigorosa da água e dos resíduos químicos. A produção de ímãs acrescenta ainda mais barreiras metalúrgicas e de engenharia. Um país que exporta carbonato misto, mas importa ímãs, não garantiu uma cadeia de suprimentos de terras raras. Ele garantiu apenas o segmento mais destrutivo para o meio ambiente e menos avançado tecnologicamente da cadeia.

Empresas estrangeiras enfatizam que as argilas iônicas brasileiras podem ser trabalhadas com maquinário relativamente barato. Depósitos próximos à superfície podem ser extraídos sem a

infraestrutura subterrânea de alto custo exigida por outras minas. O minério é extraído, transportado, lavado, lixiviado e parcialmente concentrado. Tais projetos são atraentes justamente porque as empresas podem explorar terras e água em abundância, enquanto transferem as etapas tecnologicamente sofisticadas para outros locais.

O “baixo custo” é, em parte, uma ficção contábil. As máquinas são baratas porque a empresa não arca com o custo total de um aquífero danificado, um córrego poluído, uma encosta erodida, uma comunidade agrícola deslocada ou décadas de monitoramento da saúde pública. Essas são externalidades: despesas retiradas do balanço patrimonial da empresa e transferidas para famílias, municípios e gerações futuras. A água é tratada como um insumo industrial, mesmo quando é a base de toda uma ecologia social.

Esse modelo também não é tecnologicamente inevitável. A ascensão da China no setor de terras raras começou com práticas de mineração altamente prejudiciais, incluindo a lixiviação extensiva com sal de amônio. Desde então, pesquisadores e instituições públicas chinesas têm investido na redução desses danos. Uma equipe de cientistas chineses desenvolveu a mineração eletrocinética, que usa campos elétricos controlados para mover íons de terras raras através de argila intemperizada. Testes iniciais relataram uma recuperação 2,6 vezes maior, uma redução de 80% nos agentes de lixiviação e 70% menos impurezas metálicas do que as técnicas convencionais.

A técnica já saiu do laboratório. Um teste chinês em escala industrial realizado com 5 mil toneladas de minério alcançou 95% de recuperação de terras raras, ao mesmo tempo em que reduziu as emissões de amônia em 95%. Seus desenvolvedores também constataram que o método é economicamente viável em comparação com a extração convencional.

A extração eletrocinética não é isenta de impactos, nem substitui as indústrias de separação e de ímãs. Mas ela demonstra um ponto importante: não há justificativa técnica para o Brasil aceitar os sistemas de extração ultrapassados, que consomem muita água e desperdiçam produtos químicos, enquanto proprietários estrangeiros reservam para si mesmos a pesquisa avançada, o refino e a fabricação. A tecnologia escolhida para uma mina é uma decisão política sobre quem arca com os custos e quem adquire o conhecimento.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva instou o Congresso a acelerar a legislação que estabelece uma política nacional para minerais críticos e estratégicos. A estrutura proposta criaria um conselho nacional, ampliaria a autoridade do Estado para avaliar investimentos estrangeiros e incentivaria o processamento no país. Esses são passos iniciais necessários, mas o incentivo por si só não será suficiente.

O presidente Lula afirmou que o Brasil precisa de controle público sobre informações minerais e depósitos estratégicos; restrições às aquisições estrangeiras; separação e refino obrigatórios no país; requisitos de transferência de tecnologia; investimento público por meio do BNDES, universidades, Petrobras, Serviço Geológico Nacional e institutos de pesquisa especializados; e metas vinculativas para a produção brasileira de óxidos, ligas, ímãs, baterias e outros produtos acabados. O licenciamento ambiental deve incluir os impactos cumulativos nas bacias hidrográficas, e não apenas a pegada de cada mina individualmente. As comunidades quilombolas, indígenas e da reforma agrária devem ter o direito exigível à consulta prévia, livre e informada. O Brasil pode construir sua própria capacidade pública de pesquisa, aprendizado tecnológico e industrial por meio da cooperação com institutos e empresas de lugares como a China.

Os minerais críticos são chamados assim porque estão no centro do poder industrial contemporâneo. Se o Brasil permitir que empresas estrangeiras sejam proprietárias dos depósitos, escolham tecnologias extrativas obsoletas, exportem concentrados mistos e mantenham as patentes e a fabricação no exterior, então nada de fundamental terá mudado desde a época colonial. A soberania começa quando a riqueza sob o solo brasileiro é convertida em conhecimento, indústria e uma vida digna para as pessoas que vivem sobre ele.

Link: https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2026/08/29/o-brasil-nao-deve-entregar-seus-minerais-criticos/

Em Foco V

Nova conjuntura, mais adversa

Por *Valério Arcary*
06/09/2026

“Não cantar vitória antes do tempo”
– Provérbio popular português

Lula fez bem em gravar o vídeo em que defende as investigações de tudo e de todos, porque ninguém está acima da lei. Ninguém está acima de qualquer suspeita. Tem moral para o dizer, porque foi no governo Lula que se garantiu a liquidação do Banco Master pelo Banco Central e a prisão de Daniel Vorcaro. Já Flávio Bolsonaro está “enterrado até o pescoço” na relação corrupta com o Master e Vorcaro.

Mas seria fatal desconsiderar que se abriu uma nova conjuntura mais adversa, porque a correlação política de forças mudou para pior. Mendonça foi para a ofensiva divulgando mensagens de Vorcaro para Alexandre de Moraes que sugerem cumplicidade de Xandão na defesa dos interesses do Banco Master. Esse movimento é útil para proteger Flávio Bolsonaro, que ainda não explicou o destino dos R$130 milhões que recebeu de Vorcaro, nivelando todos como suspeitos, porque o escritório da esposa de Xandão recebeu, também, outros mais de cem milhões de reais. Não menos importante, a fração liberal burguesa, que nas eleições de 2022 se posicionou contra o bolsonarismo, se deslocou e apoia, alguns até euforicamente, a exigência de renúncia de Xandão, que aponta na direção de Alexandre de Moraes para atingir Lula. O que está em disputa é a eleição presidencial. Mendonça é um aliado de Flávio na luta pela anistia de Jair Bolsonaro, que seria sua primeira decisão, se viesse a vencer as eleições. Tudo o resto é só fumaça.

A esquerda não tem por que se alinhar, incondicionalmente, com Alexandre de Moraes, que sempre foi uma liderança da direita liberal, nomeado, lembremos, por Temer no auge da Lava-Jato. Os indícios de malfeitos devem, evidentemente, ser investigados. Se vier a existir evidência e prova de crime, que seja condenado. Mas isso não justifica se associar à campanha pelo impeachment que começou no Senado, porque isso seria lava-jatismo: julgamento político sumário sem rigor de comprovação de crime. Isto posto, não deveria haver lugar para vacilações. O ataque de Mendonça é uma operação política para atingir Lula, e já está produzindo imensa confusão, em função do prestígio que Xandão conquistou na luta jurídica para condenar o golpismo dos Bolsonaros. Xandão já respondeu defendendo junto a Fachin a abertura de uma investigação contra André Mendonça, grosso modo, por abuso de autoridade, o que tem fundamento. O desenlace jurídico do escândalo monumental que atinge o STF é imprevisível. Mas a manobra política de Mendonça é clara e cristalina. Em um contexto de ingerência dos EUA no processo eleitoral, o juiz quer manipular a pauta da campanha eleitoral desviando as atenções da sociedade para um mar de lama de denúncias de corrupção. Esse terreno, desde as campanhas da UDN sobre o "mar de lama" até o golpe parlamentar mascarado de impeachment contra Dilma Rousseff, favorece Flávio Bolsonaro. Pior, pode decidir as eleições daqui a um mês.

A ordem de André Mendonça para a Polícia Federal produzir um relatório identificando as relações de Vorcaro com Alexandre de Moraes, resvalando em Gonet, da PGR, e Andrei Rodrigues, da Polícia Federal, e depois suspender o sigilo, tornando as mensagens públicas, obedece a um cálculo político-eleitoral: proteger Flávio Bolsonaro, atolado pela investigação de sua relação com o financiamento de inexplicáveis R$130 milhões para o filme-biografia Dark Horse pelo Banco Master, usando a velha tática de "merda no ventilador", ou "eles são todos iguais". A nivelação de que "todos são corruptos" favorece Flávio Bolsonaro porque já está confirmado, depois dos diálogos com Vorcaro, que a base eleitoral da

extrema direita é, eleitoralmente, impermeável às denúncias. O objetivo da operação político-jurídica de Mendonça é "eletrizar" a campanha pelo impeachment de Xandão. A disputa do antipetismo nas ruas já começou com o Fora Moraes e Fora Lula, e já há nas redes vídeos de todas as lideranças do bolsonarismo. Ainda é cedo para aferir em que medida as repercussões da crise institucional irá incidir nas preferências eleitorais. Mas na última pesquisa Datafolha já se identificou uma oscilação negativa da aprovação do governo Lula, e a confirmação de um empate técnico no segundo turno, o que é preocupante. Neste momento, a linha de "já ganhou", que já era errada antes, em função de uma leitura equivocada da apatia que prevalece até nos setores mais comprometidos das massas com a campanha eleitoral, passou a ser insensata. Se não for despertada uma consciência de urgência na militância de esquerda, Lula pode perder o segundo turno.

Mendonça não vai, evidentemente, derrubar o sigilo da relação de Flávio Bolsonaro com Vorcaro no Dark Horse. A aposta da extrema direita é que a "queimação" de Xandão pelos diálogos com Vorcaro incendeie a base social da extrema direita para a manifestação de 7 de setembro. A Avenida Paulista será o cenário para a exigência da renúncia do ministro relator do processo que condenou Jair Bolsonaro, favorecendo a aprovação de uma investigação no Plenário do STF, o que oferece uma bandeira para a eleição de senadores que defendem o impeachment de Moraes. Ninguém pode saber o que decidirá o Plenário do STF quando se reunir, depois de 11 de setembro, esgotado o prazo de cinco dias úteis definidos por Fachin para ouvir todos os envolvidos. Deveria afastar Mendonça da relatoria da investigação do Banco Master, em função do flagrante abuso de poder ao assumir, simultaneamente, o papel de juiz de garantias e presidente de investigação, típico do lava-jatismo de Moro no processo contra Lula. Mas deveria, também, abrir investigação de Alexandre de Moraes, em função dos indícios de uma relação indefensável, por variadas razões, com Daniel Vorcaro. O que, entretanto, é previsível é que a crise deva escalar na direção de uma crise institucional. Crise institucional significa um conflito "hemorrágico" dentro do STF, sem que haja clareza qual das alas conquistará maioria: Mendonça pode ser apoiado por Nunes Marques, Fux e até Carmem Lúcia ou Fachin, e Xandão por Dino, Gilmar e Zanin. Mas pode acontecer, também, uma grande negociação para conter danos à desmoralização do STF. De qualquer forma, a disputa já transbordou para Andrei Rodrigues da Polícia Federal e Paulo na PGR.

O que se está divulgado até agora revela, escancaradamente, a relação desprezível e promíscua entre a riqueza e o poder com alguns magistrados. Estas relações podres dos grandes capitalistas com o Congresso Nacional, financiando a eleição de seus representantes para a Câmara de Deputados e Senado, sempre foram públicas. Até poucos anos atrás, o financiamento privado era até legal. Ou seja, os donos do dinheiro sempre tiveram imensa influência sobre as instituições. Mas seria um erro se setores da esquerda abraçassem, nesta conjuntura, um mês antes das eleições, ingenuamente, uma campanha na

linha "está tudo podre". É preciso ter juízo na avaliação da relação política de forças. É uma barbaridade a confirmação das relações de Jaques Wagner com o sócio de Daniel Vorcaro, mas este episódio, por mais lamentável que seja, é lateral no escândalo do Banco Master. Seria equivocado, principalmente, por duas razões: (a) o centro da luta política é garantir que Lula derrote o bolsonarismo para ganhar tempo diante da ofensiva da extrema direita em toda a América Latina com o apoio de Trump, e a esquerda radical não pode normalizar o neofascismo, dissimulado de direita "dura", como somente uma candidatura reacionária; (b) a manobra de Mendonça ao atacar, frontalmente, Alexandre de Moraes, responde à necessidade de criar uma "cortina de fumaça" para blindar Flávio Bolsonaro da investigação do Banco Master, porque Xandão foi o juiz que liderou a investigação da operação golpista que condenou seu pai e defendeu, portanto, a legitimidade das eleições de 2022 que levaram Lula à presidência.

Link: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/nova-conjuntura-mais-adversa/

Em Foco VI

Os comunistas brasileiros e a defesa nacional

Por Jones Manoel
09/09/2026

Por motivos variados – que vão desde o trauma não superado, tampouco passado a limpo, da derrota histórica da esquerda pós-golpe de 1964, até a completa acomodação às regras da democracia burguesa, muitas vezes sequer adjetivada assim – a esquerda brasileira e os comunistas em especial deixaram para trás temas custosos, dois deles particularmente importantes para a nossa presente discussão: a defesa nacional – aqui entendido como a capacidade do Estado se defender de ameaças externas – e a famosa "questão militar" – ou a constante presença e tutela dos militares sobre a política brasileira, ora mais tímida, ora mais ousada.

Nas últimas décadas, quando mencionados, o tema da defesa nacional manteve-se quase que completamente associado aos quartéis, algo a ser observado com desconfiança e jamais discutido, disputado ou incorporado aos programas dos partidos políticos de esquerda. Deixamos os debates sobre soberania, fronteiras, equipamento, doutrina militar, entre outros, inteiramente nas mãos dos generais: um assunto meramente corporativo, reservado aos "profissionais". Mais recentemente, foi a extrema-direita que, ao mesmo tempo que disputa de maneira ferrenha pela "honra" de atuar como filial dos

interesses dos Estados Unidos no Brasil, conseguiu, ainda assim, que temas como esses sejam considerados pelo senso comum como bandeiras naturalmente suas, além de atuarem sozinhos e com folga nos poucos espaços institucionais em que se debate o tema fora da caserna. Embora haja mais razões para tal, não é possível ignorar que isso é também resultado direto de décadas em que setores do nosso campo trataram o tema como incômodo, necessariamente ligado à Doutrina de Segurança Nacional da ditadura militar, preferindo evitá-lo em lugar de disputá-lo, questionando seu monopólio como algo de responsabilidade exclusiva das Forças Armadas.

Mas não existe projeto socialista, popular e de desenvolvimento das forças produtivas que se sustente sob um Estado incapaz de proteger seu território, seus recursos, sua produção e sua autonomia diante de potências estrangeiras, especialmente daquela cuja sombra paira acima de nós, pressionando-nos para baixo: os Estados Unidos. A história do imperialismo, palavra essa que parece ter voltado à moda, nos lembra de forma dolorosa que soberania, ainda que conceituralmente possa parecer por demais abstrata, é na verdade condição material para que qualquer outro projeto de país seja possível. Um povo e um país que não garante e controla as suas defesas não controla, no fim das contas, nada.

O que propomos e para qual trabalharemos é uma Defesa Nacional a serviço da soberania popular, não da injusta ordem de classe dominante. Isso significa recusar e superar tanto o discurso enganador que restringe o assunto a uma luta por mais orçamento – o que, venhamos e convenhamos, jamais resolveu sozinho nenhuma grande fragilidade brasileira e que serviu, num período muito recente – quanto o discurso pacifista abstrato, que trata defesa como tema menor frente a outros como ciência e tecnologia, educação ou saúde, sem perceber que, separadas, nenhuma dessas áreas se sustenta a médio ou longo prazo.

Apropriar-se do debate sobre Defesa Nacional não significa, de forma alguma, aceitar a moldura que ao longo de décadas as próprias Forças Armadas e seus representantes construíram para o tema. Trata-se, na verdade, de disputar palmo a palmo cada um dos mecanismos institucionais que hoje blindam a Defesa do controle civil: a autonomia orçamentária dos comandos de Força, os lobbies parlamentares paralelos ao Ministério da Defesa, a subordinação das polícias militares estaduais à lógica de caserna, o monopólio doutrinário de Estados-Maiores isolados, a conveniente ausência de uma cultura de defesa entre a população civil, etc. Trata-se de uma estrutura construída ao longo de décadas para manter o tema afastado dos olhos e ações do povo, e é exatamente aí que precisamos, quando possível, atuar e disputar e, principalmente, expor ao entendimento do povo trabalhador, denunciando à luz do dia tudo aquilo que é feito para menter o tema sob as sombras.

Isso vale também para o tema mais delicado e por isso talvez o mais urgente: a questão nuclear. O debate sobre a capacidade nuclear brasileira já está posto, não por nós, mas por setores da direita que,

mais uma vez, tentam capturar o capital político de uma demanda fundamental. É preciso que esse tema seja trazido a toda de forma que um projeto nuclear brasileiro não seja pensado nos moldes restritos do pensamento militar tradicional: subordinado à lógica de dissuasão contra vizinhos regionais, blindado do controle civil e desconectado de qualquer projeto econômico de nacionalização tecnológica de grande envergadura. É possível e necessário defender uma capacidade nuclear própria como instrumento de soberania frente ao imperialismo, sem repetir o mesmo fetichismo tecnológico que trata o armamento como solução mágica capaz de, sozinho, garantir o que só é possível com uma mudança que vai muito além de equipamento e orçamento.

Foi o silêncio histórico da esquerda sobre o assunto que permitiu que, diante do recente episódio de agressão dos Estados Unidos contra a Venezuela, a única movimentação política no nosso país tenha sido a reivindicação, por parte do comando das Forças Armadas de mais orçamento, sem que tenha sido acompanhado, por qualquer ator que fosse, de um questionamento sobre os limites e engessamentos doutrinários ou a grande dependência tecnológica de nossos arsenais.

Uma esquerda que aspira revolucionar o Brasil e não apenas administrar os interesses de curto prazo entre uma eleição e outra, que entende sem meios termos a necessidade de derrubar a burguesia dependente e parasitária que vê no Brasil apenas o trampolim de seu enriquecimento, essa esquerda precisa ter posição própria e ofensiva sobre Defesa Nacional – não como uma concessão retórica aos militares, nem como capitulação eleitoral ao nacionalismo de direita, mas como parte necessária de um projeto de soberania popular.

Não existe real entre necessária luta pela soberania nacional e a grande luta pela emancipação social e econômica do povo trabalhador brasileiro. São, antes, duas faces de uma mesma batalha: a Revolução Brasileira. Um país que não controla sua própria capacidade de se defender também não controla seus recursos naturais, sua política econômica, sua produção científica. Por isso é hora de disputar essa bandeira com a mesma seriedade, a mesma radicalidade e a mesma clareza estratégica com que disputamos qualquer outro dos grandes temas, qualquer outra das grandes frentes da luta popular. Nesse sentido, o programa de nossa candidatura apresenta o que consideramos as condições básicas, o ponto de partida de uma grande discussão nacional que contemple e ultrapasse os especialistas no tema, já que, como muito foi dito na história, a guerra – e a defesa – é muito séria para ficar nas mãos dos generais.

Link: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/os-comunistas-brasileiros-e-a-defesa-nacional/

A máquina da extrema direita: o que o caso Cerimedo revela sobre as eleições na América Latina

Por Ana Prestes
15/09/2026

Desde o último dia 8 de setembro, após transferências entre presídios desde que foi capturado como suspeito de mandar executar Nádia Beller, o consultor político argentino Fernando Cerimedo está sob custódia na prisão de segurança máxima de Chonchocoro, na Bolívia. Sua captura e a consequente descoberta de uma teia da extrema direita latino-americana financiada por EUA e Israel chamaram pouca atenção da mídia comercial brasileira. No entanto, é preciso reforçar que o 'Cerimedo Gate' revela muito mais do que a trajetória controversa de um marqueteiro eleitoral feminicida. Seu percurso por diferentes países ajuda a revelar uma infraestrutura política, empresarial, midiática e digital que atravessa fronteiras e atua para fazer avançar a extrema direita na América Latina.

Cerimedo ficou conhecido inicialmente no Brasil por sua participação no golpe bolsonarista de 2022/2023 contra o resultado das eleições presidenciais que deram um novo mandato a Lula. Ele participou diretamente, como um um suposto consultor especialista em urnas eletrônicas, da produção de conteúdos e disseminação de alegações falsas sobre fraude no sistema de sufrágio brasileiro, contribuindo para alimentar o ambiente político que teria seu ápice na frustrada tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023.

O Brasil é apenas mais um país de atuação a constar em seu currículo. Cerimedo, cujos registros iniciais de trabalho apontam que foi motorista de táxi em Mar del Plata, na Argentina, e posteriormente empregado em seguradoras e empresas de informática, passando por um histórico de golpes imobiliários, dá um inexplicável salto para uma carreira que combina consultoria política, expertise em redes sociais, comando de veículos próprios de comunicação, como o La Derecha Diário, e coordenador de campanhas digitais altamente agressivas com a montagem das famosas fazendas de bots.

Quando observamos sua atuação na Argentina, Bolívia, Chile, Honduras e outros países da região, percebemos que não estamos diante de experiências nacionais isoladas. Há uma circulação organizada de consultores, empresas, dinheiro, tecnologias, métodos de comunicação e estratégias eleitorais. Há também um ponto geográfico e político que aparece repetidamente nessa trama: os Estados Unidos, particularmente a partir de operadores de Miami e Washington. Em maio de 2023, por exemplo, foi registrada na Flórida a Numen Advisors LLC, empresa vinculada ao argentino. Poucos meses depois, documentos relacionados à campanha presidencial de Javier Milei registrariam a colaboração entre a

Numen e a Latin America Advisory Group, empresa do consultor argentino-americano Damián Merlo.

Assim como Cerimedo e Merlo, outros personagens são importantes para que se entenda a trama que está sendo revelada. Não temos espaço para aprofundar neste artigo, mas acrescentemos Brad Parscale e Javier Negre como atores complementares neste ecossistema transnacional de comunicação e articulação política da extrema direita que conecta EUA e América Latina. Parscale representa o know-how tecnológico e de marketing eleitoral desenvolvido nas campanhas de Donald Trump. Negre, sócio de Cerimedo no La Derecha Diário, é um elo importante na produção e amplificação de narrativas por meio de veículos digitais de direita. As conexões entre esses quatro personagens revelam uma espécie de divisão transnacional do trabalho político, na qual tecnologia, comunicação, articulação institucional e campanhas eleitorais atravessam fronteiras e ajudam a estruturar a expansão da extrema direita na América Latina.

No método utilizado por eles, de guerra cultural permanente, a política deixa de ser apresentada como confronto entre projetos de sociedade e passa a ser organizada como uma sucessão de choques emocionais provocados por notícias semi ou totalmente inverídicas. Indignação, medo, ressentimento e ódio são trabalhados como matéria prima para a formação da opinião pública. Memes, vídeos curtos, influenciadores, notícias falsas ou enganosas e conteúdos produzidos especificamente para determinados segmentos do eleitorado são utilizados para ocupar a agenda pública. Não é necessário convencer toda a sociedade de uma mesma narrativa. É possível identificar grupos distintos e oferecer a cada um deles o conteúdo mais capaz de mobilizar seus medos e preconceitos.

Ocorre, que na América Latina, nossas legislações eleitorais foram construídas fundamentalmente para controlar campanhas realizadas dentro das fronteiras nacionais: partidos nacionais, empresas nacionais, doações nacionais, propaganda eleitoral nacional. Mas como fiscalizar uma campanha quando parte de sua infraestrutura está instalada em outro país? Como identificar quem financia milhares ou milhões de perfis automatizados? Como calcular o valor econômico de uma operação de influência realizada por empresas estrangeiras? Como distinguir manifestação espontânea de opinião pública de uma campanha artificialmente amplificada por fazendas de bots? E, sobretudo, como proteger a soberania eleitoral quando empresas capazes de interferir na formação da opinião pública operam simultaneamente em diversos países? São perguntas que o caso Cerimedo deveria provocar também no Brasil.

Investigar Fernando Cerimedo não significa apenas descobrir o que fez um consultor argentino, mas entender quem financia, organiza e conecta a nova extrema direita latino-americana. Compreender por onde circulam seus recursos, quem fornece suas tecnologias, quais empresas sustentam suas operações e que relações existem entre campanhas eleitorais latino-americanas e centros políticos localizados nos Estados Unidos. Cerimedo pode ser apenas uma peça. Mas, quando seguimos seus

movimentos pelo continente, começamos a enxergar a máquina.

Link: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/a-maquina-da-extrema-direita-o-que-o-caso-cerimedo-revela-sobre-as-eleicoes-na-america-latina/

Agenda Acadêmica

XXXV Congresso Latino-Americano de Sociologia

Apresentação: O XXXV Congresso da ALAS convoca a refletir coletivamente sobre o futuro da sociologia latino-americana e caribenha, a renovar seus compromissos éticos, epistêmicos e políticos e a fortalecer seus laços intergeracionais e inter-regionais. Sob o lema Entre a policrise e as alternativas: horizontes da sociologia crítica latino-americana, o Congresso ALAS 2026 celebrará nossa história comum e abrirá um horizonte de reflexão e ação diante dos desafios do presente. Em um mundo cada vez mais incerto, reafirmamos a necessidade de uma sociologia viva, rigorosa, independente, pública, plural e emancipadora. Convidamos propostas de apresentações para nossos 27 grupos de trabalho e Mesas Redondas que contribuam para compreender este novo clima de época, combinando diagnósticos críticos com propostas transformadoras. Juntamente com a renovação dos campos clássicos de discussão, consolidam-se agendas que ampliam e revitalizam a disciplina. Esse pluralismo crítico, presente em nossos grupos de trabalho, fóruns e conferências, constitui uma das maiores riquezas da sociologia latino-americana contemporânea. O Congresso reunirá vozes de toda a região e do mundo para refletir coletivamente sobre os desafios do presente e do futuro. Diante da incerteza e dos múltiplos processos de reconfiguração de nossas sociedades, a sociologia latino-americana e caribenha é chamada a oferecer chaves interpretativas e propostas que contribuam para a justiça, a dignidade e a sustentabilidade da vida.

Data e local: 26 a 31 de julho de 2026. UFRJ e UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil.

Para mais informações: https://www.alas2026.sinteseeventos.com.br.

9º Encontro Estadual de Ensino de Sociologia

Apresentação: O 9º Encontro Estadual de Ensino de Sociologia será realizado no Colégio Pedro II, reunindo professores, pesquisadores e estudantes para discutir os desafios, as perspectivas e as práticas relacionadas ao ensino de Sociologia na Educação Básica. Com o tema "Ensino de Sociologia como resistência: em defesa dos direitos humanos", o evento promoverá debates sobre formação docente, políticas curriculares e os impactos da Reforma do Ensino Médio.

Data e local: 17, 18 e 19 de setembro. Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Brasil.

Para mais informações: https://www.ensoc-rj.com.

Lançamentos

ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES DE LUIZ CARLOS PRESTES. Anita Leocadia Prestes. Boitempo, 2026.



Sinopse: Entre memória e história: representações de Luiz Carlos Prestes, nova obra da historiadora Anita Leocadia Prestes, examina de forma rigorosa as principais narrativas sobre Luiz Carlos Prestes presentes na historiografia e na memorialística brasileiras. O resultado revela como décadas de silenciamentos, assim como de calúnias e falsificações, construíram diferentes versões de um dos maiores nomes da história política do Brasil. Com base em extensa pesquisa – incluindo correspondências, documentos partidários e a produção de centenas de autores –, Anita demonstra como o anticomunismo operou, muitas vezes de forma velada, para deslegitimar a trajetória de Prestes, desde sua adesão ao PCB, na década de 1930,

até seus últimos anos de militância. A autora passa pelos principais pontos da vida de Prestes, como sua formação marxista-leninista, seus anos de cárcere, a Coluna Prestes, a história do PCB, a atuação política nos anos Vargas, o movimento antifascista de 1935, o período da ditadura civil-militar: "Este livro é precioso. Nele o leitor encontra informações nunca antes reunidas em uma só obra", escreve Carlos Alberto Barão no texto de orelha.

DIMENSÃO SUBJETIVA DO RACISMO: PSICOLOGIA SOCIAL, CONTRA-HEGEMONIA E CRÍTICA AO EUROCENTRISMO. Autonomia Literária, 2026.



Sinopse: Discutir sobre o racismo brasileiro exige força e coragem, principalmente quando o fazemos de dentro da Psicologia contra-hegemônica. Desse lugar, normalmente imagina-se uma lógica universalista que se pensa e se quer crítica, mas muitas vezes acaba por diluir os fenômenos que compõem as classes sociais em fenômenos quase metafísicos ou até estigmatiza lutas reais e fundamentais. Não é raro que isso aconteça com as discussões raciais, de gênero etc. Diante disso, pensar e discutir o racismo em sua dimensão dialética, lidando com a objetividade e subjetividade, torna-se uma tarefa hercúlea de enfrentamento e resistência. Márcio Farias encara essa luta e nos convida a trilhar esta íngreme trilha e a nos aquilombar nesta leitura que é árdua, mas que se impõe como atividade essencial em nosso momento histórico como combate ao chamado "esvaziamento de pautas", mas sobretudo como retomada e reivindicação da complexidade e do rigor como instrumentos indispensáveis para a análise social. — Nilma Renildes da Silva, professora no departamento de psicologia na Unesp. Com esta bem conseguida obra, Márcio Farias preenche uma importante lacuna na Psicologia Sócio-histórica relativa à dimensão subjetiva do racismo, desafiando o leitor da primeira à última página a entender que "raça não é um adjetivo para desigualdade. É substantivo", articulando a centralidade da raça como um constituinte ontológico da

subjetividade no Brasil. Este estudo é um marco de referência incontornável para a produção teórica futura da Psicologia social no Brasil e em outros países, principalmente do Sul Global e particularmente do continente africano, devido a sua contribuição na teorização do impacto da escravatura, da instrumentalização da raça e dos ecos traumáticos da ferida colonial na manutenção da sociedade capitalista, evidenciando que a hegemonia de teorias eurocêntricas que historicamente ignoraram as vivências singulares da população negra são dispositivos que sustentam a hegemonia da branquitude e a exclusão dos saberes do Sul Global. — Boia Efraime Júnior, psicólogo, psicanalista e professor em universidades de Moçambique.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO NORDESTE. Expressão Popular, 2026.



Sinopse: Em A questão agrária no Nordeste, o historiador Caetano De Carli reconstrói a história da terra na região em uma perspectiva de longa duração: da ocupação indígena pré-colonial, há cerca de 40 mil anos, ao agronegócio financeirizado do século XXI. Ancorado no materialismo histórico, o autor identifica cinco grandes modos de produção que marcaram esse percurso histórico, mostrando como cada um deles redefiniu as formas de uso, posse e propriedade da terra e moldou a formação social, econômica e cultural nordestina. Mais do que uma síntese histórica, o livro relaciona passado e presente para compreender as permanências e transformações da questão agrária. Em diálogo com autores como Celso Furtado, Gilberto Freyre e Jacob Gorender, analisa a formação do latifúndio, a industrialização da agricultura, a ascensão do agronegócio e o avanço do capital financeiro sobre o campo. O capítulo final confronta os modelos do agronegócio e da agricultura camponesa com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, dimensionando a contribuição de cada um para a produção de alimentos no Nordeste. Um dos diferenciais da obra é incorporar à análise histórica uma dimensão cultural

frequentemente negligenciada, relacionando as transformações dos modos de produção à culinária, aos hábitos alimentares e à vida cotidiana nordestina. Ao final, De Carli sustenta que a democratização do acesso à terra permanece como um dos principais desafios da formação social brasileira e aponta a reforma agrária popular e a agroecologia como alternativas para um desenvolvimento socialmente justo.

Expediente

Reitora
Profª. Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitora
Prof. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação
Prof. Antônio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª. Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Profª. Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Renato dos Santos Veloso
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Coordenação de Produção e Edição
Rafael Alves Ribeiro
(PROEALC/CCS/UERJ)
Larissa Castro da Costa
(PROEALC/CCS/UERJ)
José Henrique Galdino Peres
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Rafael Alves Ribeiro
(PROEALC/CCS/UERJ)
Larissa Castro da Costa
(PROEALC/CCS/UERJ)
José Henrique Galdino Peres
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.